

AMANDA OLIVEIRA BARROS
BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
DÉBORAH PIMENTEL

AFASTAMENTO DO TRABALHO POR DEPRESSÃO EM DOCENTES DA REDE PÚBLICA

WORK LEAVE FOR DEPRESSION IN TEACHERS FROM THE PUBLIC NETWORK

Resumo

A depressão é um transtorno de humor de prevalência crescente, capaz de reduzir a produtividade profissional do indivíduo em 10% e considerada uma das doenças mais incapacitantes. No Brasil, atinge 11,5 milhões de pessoas e é uma das maiores causas de afastamento do trabalho. Uma das profissões vulneráveis é o magistério, que lida com baixa remuneração, falta de recursos materiais e estrutura, alta carga horária, excesso de cobrança, entre outras questões. O objetivo do estudo foi analisar o perfil dos docentes da rede pública que se afastaram por depressão, entre 2009 e 2017, bem como avaliar as características do afastamento e o índice de reincidência. A coleta foi realizada através do banco de dados informatizado da perícia médica da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe e incluiu 239 docentes. Esses profissionais eram predominantemente do sexo feminino, com ensino superior completo, casados e de meia-idade. A depressão foi a principal causa de afastamento do trabalho, quando comparada aos demais transtornos mentais. A carga horária cumprida foi de 200 horas mensais, com tempo médio de serviço de 18,5 anos e média de 194,5 dias de afastamento, sendo o código F32 da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª edição (CID-10), o mais prevalente. Mais da metade dos profissionais apresentou reincidência, perfazendo média de 4,04 recidivas por docente. Trata-se de uma pesquisa singular, a respeito de uma realidade pouco estudada no cenário nacional e nunca estudada em Sergipe, que impõe a necessidade de investigação imediata, de forma a facilitar o planejamento e a implementação de melhorias.

Palavras-chave: Depressão, absenteísmo, docentes.

Abstract

Depression is an increasingly prevalent mood disorder. It may reduce one's professional productivity by 10% and is considered one of the most disabling diseases. In Brazil, depression affects 11.5 million people and is among the most frequent causes of work leave. One of the vulnerable professions is teaching; teachers deal with low pay, lack of material resources and structure, high workload, and excessive demand, among other issues. The objective of the study was to analyze the profile of public school teachers who left work due to depression between 2009 and 2017, as well as to evaluate the characteristics of the leave and the rate of recidivism. Data collection was carried out through the computerized database of the medical forensic sector of the state of Sergipe and included 239 teachers. These professionals were predominantly female, had completed higher education, were married and middle-aged. Depression was the main cause of work leave when compared to other mental disorders. Their workload was 200 hours a month, they had been working for a mean of 18.5 years, and the mean number of days absent from work was 194.5 days, with code F32 of the International Classification of Diseases, 10th edition (ICD-10), being the most prevalent diagnosis. More than half of the professionals presented recurrence, with a mean of 4.04 recurrences per teacher. This novel, unique study reveals data from a real-life setting that is little studied in Brazil and was never studied in the state Sergipe, evidencing the need for immediate investigation in order to facilitate the planning and implementation of improvements.

Keywords: Depression, absenteeism, school teacher.

INTRODUÇÃO

A depressão é um transtorno de humor de prevalência crescente, capaz de reduzir a produtividade profissional do indivíduo em 10% ao longo da vida, considerada, portanto, uma das doenças mais incapacitantes do século¹⁻⁶. De acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), referente a fevereiro de 2017, houve um aumento mundial alarmante de 18% no número de pessoas com depressão entre 2005 e 2015. No Brasil, a doença já atinge 11,5 milhões de pessoas, o que corresponde a 5,8% da população⁷.

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5)⁸, a depressão é caracterizada por um estado de humor deprimido ou de anedonia associado a sintomas como insônia, alteração de peso, retardo psicomotor, sentimento de culpa, redução da concentração e pensamentos suicidas, sendo atribuída à herança cultural e às vivências emocionais do indivíduo, o que é corroborado por outros autores^{5,7,9}.

Quanto à terminologia determinada pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª edição (CID-10), existe o episódio depressivo (F32) e o transtorno depressivo recorrente (F33), ambos subdivididos em leve, moderado e grave¹⁰. Já para a CID-11, que foi apresentada para adoção em maio de 2019 e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, a depressão pode ser dividida em transtorno depressivo de episódio único (6A70) e transtorno depressivo recorrente (6A71), os quais são subdivididos de acordo com a gravidade e a presença de sintomas psicóticos¹¹.

Segundo dados da Previdência Social, a depressão é uma das maiores causas de afastamento do trabalho, tendo em vista que é capaz de afetar diretamente a saúde do trabalhador. De acordo com estimativas da OMS, há uma tendência de aumento da prevalência dessa patologia até 2020, tornando-se a maior causa de afastamento por transtorno mental no mundo^{4,5,12,13}.

Entre as profissões mais vulneráveis ao estresse e a outros transtornos mentais está o magistério, que lida com baixa remuneração, falta de recursos materiais e estrutura, alta carga horária, desvalorização, ameaças por parte de alunos, excesso de cobrança, entre outras questões^{6,14-17}. Essa realidade já era apresentada pela Organização Internacional do Trabalho desde 1984,

quando a docência era considerada uma atividade de alto risco. Como consequência, a saúde física e mental dos professores é prejudicada, tornando-os uma classe pautada pela frustração^{6,14,18-22}. Para esse contexto, é empregado o termo mal-estar docente, expressão antiga que aponta as questões capazes de afetar a personalidade do professor, gerando sentimentos negativos e que põem em dúvida a escolha profissional e o sentido da docência^{23,24}. Dessa forma, o magistério, anteriormente considerado de prestígio e valor, torna-se vulnerável à depressão e ao afastamento do trabalho^{19,25}.

De acordo com a literatura, existe um modelo de desequilíbrio esforço-recompensa capaz de explicar o absenteísmo, o qual considera que quando há um desequilíbrio entre o esforço do docente e a recompensa (financeira ou chance de ascensão profissional), pode ocorrer um déficit do estado emocional e então o afastamento^{26,27}.

Segundo a OMS, a depressão é o transtorno mais oneroso, tendo em vista que gera incapacidade total entre os indivíduos^{13,28}. No entanto, além do impacto econômico à instituição, ocorre ainda um grande impacto social inerente ao absenteísmo, uma vez que este afeta a dinâmica da escola, ao impor a necessidade de substituição do docente, comprometendo o cronograma escolar. Um estudo aponta que o magistério tem a maior taxa de rotatividade anual (15,7%), enquanto outras profissões têm uma taxa média de 11%, o que é reiterado por Cezar-Vaz et al.²⁹. No entanto, por vezes, não há substituição de professores, e aqueles que permanecem nas instituições de ensino tornam-se, assim, mais sobrecarregados e em maior risco para o absenteísmo, o que é conhecido como "presenteísmo"^{17,19,30}.

Tendo em vista a escassez de pesquisas epidemiológicas sobre o afastamento por depressão em docentes, torna-se necessário o estudo da temática, de forma a facilitar o planejamento e a implementação de melhorias para o magistério. Dessa forma, o presente estudo constitui uma pesquisa singular, objetivando analisar o perfil dos docentes da rede pública estadual de Sergipe que se afastaram por depressão, bem como avaliar as características do afastamento e o índice de reincidência.

AMANDA OLIVEIRA BARROS
BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
DÉBORAH PIMENTEL

METODOLOGIA

O desenho do estudo foi exploratório, descritivo e retrospectivo, com abordagem quantitativa. Trata-se de um recorte do projeto intitulado “Perfil do servidor público estadual nas áreas da saúde e educação com afastamento do trabalho por depressão no período entre 2009 e 2017 em Sergipe”, submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Tiradentes (CEP/UNIT) e aprovado através do parecer nº 3.048.551 e CAAE nº 67748017.0.0000.5371.

Para a coleta, foi disponibilizado um banco de dados informatizado do setor de perícia médica da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), órgão público localizado em Aracaju (SE). Esses dados foram correspondentes aos prontuários dos servidores que se submeteram à perícia com o intuito de se afastar.

Por se tratar de uma pesquisa com dados secundários, não foi necessário o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mas houve consentimento formal por parte do CEP/UNIT, bem como por parte do coordenador da área de desenvolvimento pessoal da SEPLAG. Além disso, os pesquisadores responsabilizaram-se por garantir anonimato de todos os sujeitos da pesquisa e atender a todos os critérios da resolução nº 466/2012.

As variáveis coletadas para a pesquisa informavam sobre o perfil do docente (data de nascimento, idade, sexo, estado civil, escolaridade e cargo na área da educação), além das características referentes ao afastamento, como a categoria da doença na CID-10 e sua gravidade, data de início e fim da licença, número de dias de afastamento, desfecho da ocorrência (se foi indicada uma licença ou uma adaptação provisória ou definitiva), histórico do paciente, data de ingresso no trabalho, tempo de serviço e jornada semanal e mensal de trabalho. Foram consideradas como diagnósticos referentes à depressão as categorias F32 (episódios depressivos) e F33 (transtorno depressivo recorrente) da CID-10, edição presente no banco de dados da SEPLAG.

A presente pesquisa incluiu todos os docentes que passaram pelo serviço de perícia médica da instituição e foram afastados do trabalho devido à depressão, no período de 9 anos (2009 a 2017), o que corresponde a uma amostra de 239 professores, em um universo de

9.981 docentes em atividade na rede pública estadual de Sergipe. A investigação ocorreu a partir de 2009, tendo em vista que esse foi o ano em que se iniciaram os registros eletrônicos dos prontuários, na instituição, sobre os servidores estaduais afastados.

Por ser uma amostra de docentes da rede pública estadual, todos os profissionais lecionavam para alunos da educação básica, a qual, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), engloba a educação infantil, o ensino fundamental obrigatório de 9 anos e o ensino médio³¹.

Os dados foram processados através dos relatórios virtuais disponibilizados pela SEPLAG, que foram digitalizados e inseridos no programa Microsoft Excel® (2013). A descrição ocorreu por meio de frequência simples e percentual, quando as variáveis foram categóricas, e média e desvio padrão, quando contínuas. Para avaliar as associações entre variáveis categóricas, foi utilizado o teste exato de Fisher, e para avaliar as diferenças nas variáveis contínuas em grupos independentes, foi utilizado o teste de Mann-Whitney. O programa utilizado para as análises foi o R Core Team 2018, com nível de significância estabelecido em 5%.

RESULTADOS

A partir da análise referente ao absenteísmo por depressão em docentes da rede pública estadual de Sergipe, foi possível observar que, durante o período entre 2009 e 2017, houve um total de 239 docentes afastados, dos quais 228 lecionavam na educação básica e 11 atuavam como pedagogos, área que engloba o ensino em sala de aula, a gestão e administração escolar, a coordenação pedagógica e a supervisão educacional, orientando professores e educadores de uma instituição de ensino.

Pode-se realizar uma estimativa do quanto o total de afastamentos representa em relação ao número de docentes em atividade, utilizando-se um comparativo com o número de professores que atuavam no magistério em fevereiro de 2018, o que correspondia a 9.981 profissionais. A partir dessa análise, estima-se em 2,4% o número de docentes afastados por depressão.

Além disso, foi possível evidenciar que a prevalência de absenteísmos por depressão, no período retratado, correspondeu a 13,5% dos afastamentos em relação

a todas as outras doenças registradas na SEPLAG e a 45,3% dos afastamentos por todos os transtornos mentais, revelando que houve predomínio da depressão perante aos demais.

No que se refere ao salário do magistério, foi observado que a renda varia conforme o tempo de serviço, a cada triênio, gerando uma divisão em classes de A a J, cujos valores aumentam conforme a progressão da classe. Além disso, os salários apresentam relação com a qualificação profissional. Dessa forma, segundo o quadro financeiro de 2018 para docentes da rede pública estadual de Sergipe, disponibilizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE), a renda mínima corresponde a R\$ 2.455,35 e é referente a um docente da classe A, com ensino médio completo. Já a renda máxima corresponde a R\$ 3.088,19 e diz respeito a docentes da classe J, com doutorado, o que gera média salarial de R\$ 2.771,77.

Em relação ao perfil sociodemográfico da amostra, o presente estudo obteve os resultados descritos na Tabela 1.

No tocante à variável idade, foi encontrada média de 48,1 anos, sendo a idade mínima de 27 e a máxima de 74.

No que se refere às características do afastamento, observou-se que a média de tempo em que os docentes ficaram afastados correspondeu a 194,5 dias, enquanto o período de serviço até ocorrer o absenteísmo foi de 18,5 anos, sendo a carga horária única de 200 horas mensais.

Com relação à prevalência do afastamento pelo código da CID-10, evidenciou-se o predomínio do F32.1 (44,4%), que corresponde ao episódio depressivo moderado, conforme observado na Tabela 2. Já em relação ao desfecho das ocorrências, ou seja, ao tipo de afastamento, foi observado predomínio da licença superior a 15 dias (77%), quando comparada à licença de até 15 dias, à restrição laboral e às adaptações provisórias e definitivas, de acordo com a Tabela 2. O desfecho aposentadoria, nesta amostra, não apareceu, haja vista que a depressão não é considerada doença especificada em lei e os afastamentos tampouco eram dos 24 meses consecutivos. Considera-se aqui o número de atendimentos no serviço pericial e não necessariamente o número dos docentes equivalentes à amostra.

Considerando-se o código CID-10 mais prevalente, correspondente ao episódio depressivo moderado (F32.1), foi possível traçar um perfil semelhante ao perfil

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico laboral dos docentes da rede pública estadual de Sergipe afastados por depressão, entre 2009 e 2017 - Aracaju (SE), 2017.

	n	%		n	%
Sexo			Pedagogo		
Feminino	217	90,8	Sim	11	4,6
Masculino	22	9,2	Não	228	95,4
Estado civil			Escolaridade		
Casado(a)	109	45,6	Segundo grau completo	11	4,6
Divorciado(a)	26	10,9	Superior incompleto	5	2,1
Separado(a) judicialmente	8	3,3	Superior completo ou habilitação equivalente	148	61,9
Solteiro(a)	94	39,3	Especialização	70	29,3
Viúvo(a)	2	0,8	Mestrado	4	1,7
Professor			Pós-doutorado	1	0,4
Sim	233	97,5			
Não	6	2,5			

n = frequência absoluta; % = frequência percentual.

AMANDA OLIVEIRA BARROS
 BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
 ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
 ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
 IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
 DÉBORAH PIMENTEL

global do afastamento por depressão, à exceção da média de dias de afastamento, que foi consideravelmente maior, totalizando 281,1 dias.

Após comparação do perfil sociodemográfico e das características do afastamento entre os códigos, nota-se que o episódio depressivo não especificado (F32.9) gerou o maior número médio de atendimentos (9,4) e o maior período de absenteísmo (508,8 dias). Quanto à média de tempo de admissão no trabalho, o transtorno depressivo recorrente sem especificação (F33.9) apresentou o menor período (7,5 anos). Já em relação à idade, observou-se que o transtorno depressivo recorrente, atualmente em remissão (F33.4) evidenciou a menor média (35,5 anos).

Além disso, foi observado que 159 professores (66,5%) apresentaram mais de um episódio depressivo, com

média de 4,04 recidivas por docente. Em relação ao perfil desses profissionais, conforme representado na Tabela 3, foram evidenciadas semelhanças quanto a todos os aspectos retratados, exceto em relação ao número de dias de afastamento, com média de 271,92, que foi 39,7% superior quando comparado ao perfil global.

Tendo em vista a primeira ocorrência dos pacientes que recidivaram, observou-se perfil semelhante ao encontrado na análise global quanto ao sexo, estado civil, cargo, escolaridade, prevalência por código CID-10 e desfecho. No entanto, o tempo de ingresso foi superior ao global, com média de 19,8 anos, e a média de dias de afastamento apresentou valor consideravelmente inferior, com total de 52,2 dias. Sendo assim, evidenciou-se que os docentes apresentaram, no primeiro episódio,

Tabela 2 - Características do afastamento referente aos docentes da rede pública estadual de Sergipe afastados por depressão, entre 2009 e 2017 - Aracaju (SE), 2017.

	n	%
CID-10		
F32.1 Episódio depressivo moderado	106	44,4
F32 Episódios depressivos	96	40,2
F33 Transtorno depressivo recorrente	69	28,9
F33.1 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado	58	24,3
F33.2 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos	44	18,4
F33.3 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos	40	16,7
F32.2 Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos	39	16,3
F32.0 Episódio depressivo leve	30	12,6
F33.0 Transtorno depressivo recorrente, episódio atual leve	17	7,1
F32.3 Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos	11	4,6
F32.9 Episódio depressivo não especificado	5	2,1
F33.9 Transtorno depressivo recorrente sem especificação	2	0,8
F33.4 Transtorno depressivo recorrente, atualmente em remissão	2	0,8
Desfecho do afastamento		
Licença para tratamento da própria saúde (maior que 15 dias), art. nº 121, lei nº 2148/77	184	77,0
Adaptação provisória, art. nº 21, estatuto dos servidores	98	41,0
Licença para tratamento da própria saúde (até 15 dias), art. nº 121, lei nº 2148/77	55	23,0
Adaptação definitiva, art. nº 21, estatuto dos servidores	42	17,6
Restrição da atividade laboral	1	0,4

CID-10 = Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª edição; n = frequência absoluta; % = frequência percentual.

**AMANDA OLIVEIRA BARROS¹, BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA¹,
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS², ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE
MATTOS³, IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO⁴, DÉBORAH PIMENTEL^{1,5}**

¹ Departamento de Medicina, Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE. ² Unidade de Diagnóstico Oral e Odontológico para Pacientes Especiais, Hospital Universitário, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, SE. ³ Departamento de Odontologia, UNIT, Aracaju, SE. ⁴ Programa de Pós-Graduação em Biometria e Estatística Aplicada (PPGBEA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE. ⁵ Departamento de Medicina, UFS, Aracaju, SE.

Tabela 3 - Características do afastamento em docentes da rede pública estadual de Sergipe afastados por depressão, entre 2009 e 2017, e que apresentaram recidivas - Aracaju (SE), 2017.

	Recidiva		p*
	Sim, n (%)	Não, n (%)	
Sexo			
Feminino	145 (91,2)	72 (90)	0,814
Masculino	14 (8,8)	8 (10)	
Estado civil			
Casado(a)	71 (44,7)	38 (47,5)	0,338
Divorciado(a)	20 (12,6)	6 (7,5)	
Separado(a) judicialmente	7 (4,4)	1 (1,3)	
Solteiro(a)	59 (37,1)	35 (43,8)	
Viúvo(a)	2 (1,3)	0 (0)	
Professor	157 (98,7)	76 (95)	0,099
Pedagogo	6 (3,8)	5 (6,3)	0,514
Adaptação definitiva, art. n° 21, estatuto dos servidores	40 (25,2)	2 (2,5)	< 0,001
Adaptação provisória, art. n° 21, estatuto dos servidores	86 (54,1)	12 (15)	< 0,001
Licença para tratamento da própria saúde (até 15 dias), art. n° 121, lei n° 2148/77	38 (23,9)	17 (21,3)	0,745
Licença para tratamento da própria saúde (maior que 15 dias), art. n° 121, lei n° 2148/77	135 (84,9)	49 (61,3)	< 0,001
Restrição da atividade laboral	1 (0,6)	0 (0)	1,000
Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos	10 (6,3)	1 (1,3)	0,105
Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos	36 (22,6)	3 (3,8)	< 0,001
Episódio depressivo leve	27 (17)	3 (3,8)	0,003
Episódio depressivo moderado	88 (55,3)	18 (22,5)	< 0,001
Episódio depressivo não especificado	3 (1,9)	2 (2,5)	1,000
Episódios depressivos	75 (47,2)	21 (26,3)	0,002
Transtorno depressivo recorrente	56 (35,2)	13 (16,3)	0,002
Transtorno depressivo recorrente sem especificação	1 (0,6)	1 (1,3)	1,000
Transtorno depressivo recorrente, atualmente em remissão	2 (1,3)	0 (0)	0,553
Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos	37 (23,3)	3 (3,8)	< 0,001
Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos	39 (24,5)	5 (6,3)	< 0,001
Transtorno depressivo recorrente, episódio atual leve	15 (9,4)	2 (2,5)	0,061
Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado	50 (31,4)	8 (10)	< 0,001
Idade, média (DP)	48,83 (8,7)	46,58 (10,61)	0,058†
Tempo de ingresso em anos, média (DP)	19,91 (11,16)	15,74 (12,25)	0,021†
Dias de afastamento, média (DP)	271,92 (228,64)	40,55 (27,19)	< 0,001†

n = frequência simples; % = frequência percentual; DP = desvio padrão.

* Teste exato de Fisher.

† Teste de Mann-Whitney.

AMANDA OLIVEIRA BARROS
 BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
 ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
 ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
 IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
 DÉBORAH PIMENTEL

menor tempo de licença quando comparado às recorrências. Em relação à prevalência de absenteísmo por faixa etária, considerando-se a primeira ocorrência dos docentes que recidivaram, observou-se o que está retratado na Tabela 4.

Tabela 4 - Prevalência do absenteísmo por faixa etária na primeira ocorrência, em docentes da rede pública estadual de Sergipe afastados por depressão, entre 2009 e 2017 - Aracaju (SE), 2017.

Idade	Recidiva		p*
	Sim, n (%)	Não, n (%)	
< 30	0 (0,0)	3 (3,8)	0,015
30 a 39	29 (18,2)	21 (26,3)	
40 a 49	45 (28,3)	24 (30,0)	
50 a 59	70 (44,0)	23 (28,7)	
60 a 69	13 (8,2)	5 (6,3)	
≥ 70	2 (1,2)	4 (5,0)	

n = frequência simples; % = frequência percentual; DP = desvio padrão.

* Teste Exato de Fisher.

Por fim, ao se analisar o número de atendimentos em cada ano, é possível determinar que, em 2010, houve maior número de afastamentos do trabalho por depressão em docentes e que, desde 2015, o total de atendimentos tem aumentado, conforme observado na Figura 1. Além disso, evidencia-se que, nesse mesmo ano, 2010, ocorreu a maior proporção de atendimentos em relação ao número de docentes atendidos, representando maior índice de recorrência.

DISCUSSÃO

Frente às inúmeras dificuldades vivenciadas pelos docentes, a escola se constitui como uma das instituições em que os atributos negativos se sobrepõem aos positivos e motivadores do trabalho¹⁸, o que gera alto índice de depressão entre esses profissionais.

A média de afastamentos por depressão nos professores, em Sergipe (2,4%), não pode ser comparada a de outros estudos, haja vista que este tem características inéditas. Entretanto, um estudo realizado no município de Erechim (RS), cujo objetivo foi avaliar a prevalência do uso de medicamentos antidepressivos por professores de diferentes municípios, constatou que o absenteísmo por depressão ocorreu em 7,5% dos

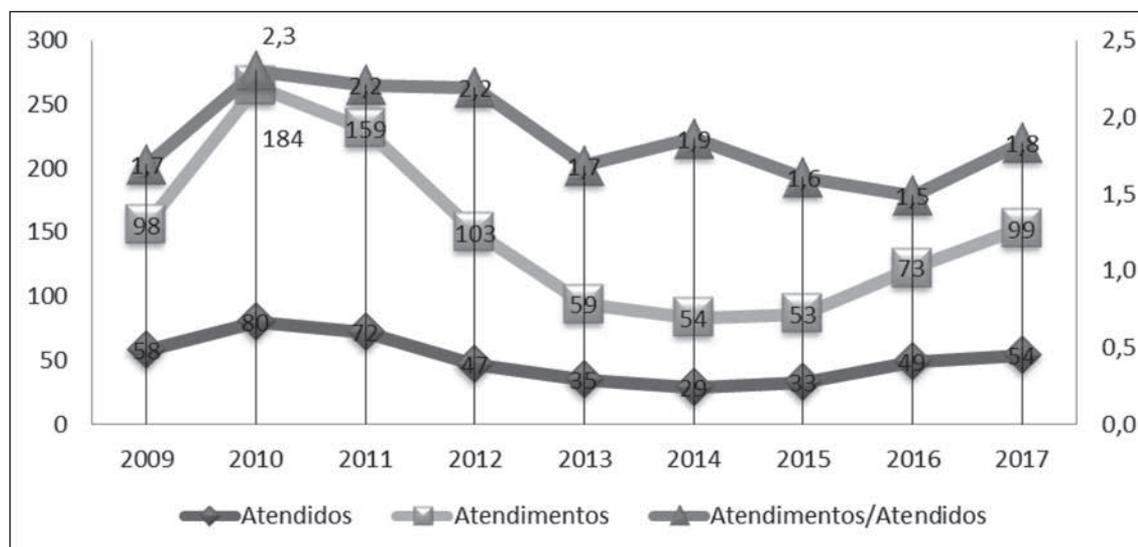


Figura 1 - Número de afastamentos por ano, em docentes da rede pública estadual de Sergipe afastados por depressão, entre 2009 e 2017 - Aracaju (SE), 2017.

**AMANDA OLIVEIRA BARROS¹, BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA¹,
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS², ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE
MATTOS³, IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO⁴, DÉBORAH PIMENTEL^{1,5}**

¹ Departamento de Medicina, Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE. ² Unidade de Diagnóstico Oral e Odontológico para Pacientes Especiais, Hospital Universitário, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracaju, SE. ³ Departamento de Odontologia, UNIT, Aracaju, SE. ⁴ Programa de Pós-Graduação em Biometria e Estatística Aplicada (PPGBEA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE. ⁵ Departamento de Medicina, UFS, Aracaju, SE.

docentes de ensino básico⁶, índice consideravelmente superior ao encontrado em nossos resultados.

O predomínio do afastamento do trabalho por transtorno depressivo perante outros transtornos mentais foi evidenciado no presente estudo, com total de 45,3%, o que concorda com a pesquisa de Batista et al.⁵, que objetivou identificar o absenteísmo em professores da rede municipal de João Pessoa, em decorrência de transtornos mentais, especialmente depressão, entre 1999 e 2006. Esse estudo constatou que mais da metade das licenças, 51%, foi causada por um diagnóstico relativo à depressão. Dessa forma, a maior parte dos afastamentos por transtorno mental em docentes da educação básica ocorre devido a um quadro depressivo, o que também foi relatado por outros autores^{6,32}.

Essa realidade não é observada apenas no Brasil. Uma pesquisa no Sul da África investigou os fatores responsáveis por afastar professores, a partir da análise de 81 docentes da Cidade do Cabo, que haviam sido declarados como incapacitados por transtornos psiquiátricos. Entre os diagnósticos, o transtorno depressivo maior também foi o mais comum, correspondendo a 83% dos casos, o que pode ser justificado pelo excesso de cobrança pelos gestores e pais, baixos salários, além do constante medo vivenciado por tais profissionais, em virtude das ameaças diárias feitas por alunos^{15,33}.

De acordo com a UNESCO³⁴, o docente brasileiro possui um dos piores salários do mundo, perdendo apenas para o Peru e a Indonésia. No presente estudo, observou-se que o valor mínimo recebido na rede pública estadual de Sergipe (R\$ 2.771,77) é discretamente maior que o referido por Silva & Silva²¹, o qual observou que a renda mensal da maioria (89,2%) era entre um e três salários mínimos, condizente com a relatada em outro estudo³⁵. Dessa forma, apesar da sobrecarga psíquica no trabalho, os baixos salários geram a necessidade de o docente realizar outro tipo de atividade remunerada, o que pode contribuir para a exaustão física e emocional e favorecer um quadro depressivo²¹.

Quanto ao perfil dos docentes, no presente estudo, houve predomínio da figura feminina (90,8%), compatível com a literatura⁵, o que evidencia um maior número de mulheres no universo da docência, bem como maior prevalência de depressão no sexo feminino^{3,5,6,15,19}. Para

Segat & Diefenthaler⁶, a depressão é duas vezes mais comum em mulheres, devido a fatores como: estresse, parto, comportamento e questões hormonais. Além disso, o sexo feminino tende a ser mais afetado por problemas sociais, econômicos e familiares⁶.

A grande presença do absenteísmo em mulheres se relaciona com uma atribuição cultural dessa atividade, ligada ao “papel feminino” do cuidar e educar^{16,36}. Essa realidade pode ser explicada através do processo histórico de inserção das mulheres no mercado de trabalho, em que a docência era uma extensão das atividades domésticas e da relação entre mãe e filho, o que as tornava mães educadoras e surgia como alternativa para se manterem no mercado de trabalho^{15,21}. Tal situação pode ser evidenciada pelo funcionamento da escola, que apresenta características das tarefas domésticas: realização de atividades simultâneas, o imprevisto e a constante troca de funções. Dessa forma, o magistério surgiu como um trabalho desvalorizado, com péssimas condições laborais e baixos salários^{19,36}.

Um estudo atual da UNESCO indicou que 81,3% dos docentes brasileiros são do sexo feminino³⁷, o que já está comprovado desde a década de 1970³⁶. No entanto, o papel feminino do docente no cuidado ao outro negligencia o cuidado a si mesmo e ocasiona ansiedade, frustrações e angústias, tanto em relação ao trabalho como à vida social, favorecendo os transtornos mentais. Somadas às cobranças no trabalho estão as responsabilidades familiares, caracterizando a dupla jornada, a qual reduz o tempo de lazer e contribui para fortes pressões e efeitos negativos na saúde física e mental da mulher^{3,36}.

No tocante à variável estado civil, a literatura evidenciou predomínio de professores casados e com filhos, o que favorece maior número de absenteísmo na profissão^{15,16,21}. Corroborando esse cenário, verificou-se que sujeitos sem companheiro fixo possuem maior realização no trabalho, provavelmente pelo fato de que os relacionamentos conjugais geram cobranças e conflitos, aumentando a sobrecarga física e emocional diária do indivíduo²⁰.

Um estudo com o objetivo de detectar a porcentagem de professores da rede pública com altos níveis de estresse e depressão, a partir de amostra com 106 profissionais, constatou que a maioria dos docentes deprimidos eram casados (70%) e do sexo feminino (84%)³. Esses achados

AMANDA OLIVEIRA BARROS
BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
DÉBORAH PIMENTEL

concordam com o presente estudo, em que também foi observado maior número de casados e, por conseguinte, maior prevalência da depressão nesse grupo.

A respeito da escolaridade, diversos estudos que avaliaram o perfil dos docentes da educação básica demonstraram o predomínio de docentes com ao menos graduação, concordando com esta pesquisa, em que 93,3% dos docentes apresentam nível superior completo^{15,16,21}.

No estudo de Batista et al.⁵, 76,3% dos docentes que se afastaram por depressão apresentavam curso superior. É válido ressaltar que a maior parte do magistério possui nível superior completo, em decorrência da LDB de 1996, que determina a necessidade do nível superior para atuar na educação básica. Tal formação pode ser realizada através de curso de licenciatura ou de graduação plena. No entanto, pode ser admitida como formação mínima para lecionar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a oferecida em nível médio³¹.

Em relação à idade em que houve o absenteísmo, a média de 48,1 anos, encontrada neste estudo, foi consistente com a literatura. Uma pesquisa que objetivou identificar os agravos que geraram afastamento de professores da rede municipal de João Pessoa (PB) indicou média de 46 anos para mulheres e de 45 anos para homens³⁶. Para Batista et al.⁵, a depressão entre os 40 e 49 anos mais que dobrou em comparação à faixa etária entre 30 e 39 anos de idade, afirmando haver maior prevalência na categoria docente mais velha.

Na presente pesquisa, ao considerar a primeira ocorrência dos docentes que se afastaram por mais de uma vez, foi possível observar que a faixa etária entre 50-59 anos (44%) foi mais prevalente que o intervalo entre 40-49 anos (28,3%). Esses resultados são similares aos evidenciados por Scandolara et al.³ e podem ser justificados pelo maior tempo de contato dos docentes com problemas da profissão, a exemplo do péssimo salário, alta carga horária, falta de estrutura nas escolas, instabilidade de emprego, falta de segurança, de valorização profissional, entre outros aspectos. Gontijo & Inocente²⁰ observaram que quanto maior a idade dos professores, maior é o sentimento de distanciamento e menor é a realização profissional. Essa descoberta concorda com outros autores, que

apontam a idade mais velha como fator contribuinte para o transtorno depressivo maior e altos níveis de estresse^{3,17}.

Entretanto, em seu estudo africano, Emsley et al.³³ argumentam que, ao contrário do que se espera, professores mais jovens e menos experientes são mais propensos às consequências do trabalho estressante que os mais velhos, tendo em vista que esses apresentam maior facilidade em se adaptar às mudanças e apresentam menor expectativa sobre o trabalho.

De acordo com Andrade & Cardoso³⁸, os transtornos mentais são, atualmente, os principais responsáveis pelo afastamento do trabalho por longos períodos de tempo. O estudo de Batista et al.⁵ refere períodos de 10 a 360 dias de afastamento por depressão, corroborando a presente pesquisa, em que a média de tempo durante a qual os docentes ficaram afastados totalizou 194,5 dias, portanto um longo período.

Em relação ao tempo de serviço para haver absenteísmo, é importante ressaltar que os anos de docência estão bastante relacionados a um nível de estresse e depressão mais elevados, favorecendo o afastamento³. Uma pesquisa que apontou a depressão como o maior motivo de absenteísmo demonstrou que o tempo médio de trabalho para os docentes era de 17,8 anos⁶, semelhante ao estudo atual, que encontrou 18,5 anos.

De acordo com a literatura, o problema primordial para o afastamento do trabalho é a carga horária^{3,33}. Gontijo & Inocente²⁰ referem que quanto mais elevado é o tempo em sala de aula, maior é o sentimento de desgaste emocional e menor o de realização com o trabalho.

Em estudo sobre o perfil de professores da rede pública de Pelotas (RS) que lecionavam na pré-escola, observou-se tempo de trabalho de 35,8 horas semanais²¹. Já em outra pesquisa, cujo objetivo foi avaliar a qualidade de vida de professores do ensino fundamental de uma escola pública, em Campina Grande (PB), utilizando amostra de 23 docentes, constatou-se que a maior parte (56%) trabalhava entre 21-30 horas semanais¹⁵, carga horária inferior à encontrada no presente estudo, que evidenciou média de 50 horas semanais, o que pode justificar o alto índice de absenteísmo nos docentes da rede pública estadual de Sergipe.

Essa realidade é similar à retratada nas instituições de ensino superior, como representado em estudo

que objetivou identificar o bem-estar no trabalho e as alterações de saúde dos docentes de uma instituição de ensino superior em Divinópolis (MG). Esse estudo utilizou amostra de 82 participantes e evidenciou que: 53,8% trabalhavam até 8 horas por dia; 16,3% trabalhavam mais de 10 horas por dia; e 5%, de 8 a 10 horas por dia. Além disso, foi relatado que 85,4% dos docentes necessitavam levar trabalho para casa e que mais da metade trabalhava de 1-3 horas por dia em casa, após o expediente, seguidos por 28,6% que trabalhavam de 4-6 horas por dia em casa, o que aumenta o desgaste físico e emocional. Como fator agravante para o excesso de trabalho, está o tempo de descanso, que para a maioria (67,6%) costuma ser inferior a 1 hora, favorecendo a sobrecarga profissional e os transtornos mentais¹⁶.

Tendo em vista a prevalência dos afastamentos por categorias CID-10, um estudo que analisou os diagnósticos relacionados ao absenteísmo em servidores públicos do Ceará, incluindo docentes, demonstrou que a maior parte dos casos (22,5%) ocorreu devido aos transtornos mentais e comportamentais (grupo F). Foi verificado, nesse mesmo estudo, que a prevalência dos episódios depressivos era 1,6 vezes superior à do transtorno depressivo recorrente³⁹, concordando com a presente pesquisa, em que os episódios depressivos foram 1,8 vezes superiores. Esse achado também é consistente com outro estudo, em que foi realizada a análise documental dos afastamentos ocorridos em 2009, em docentes da rede pública do Ceará, com dados da perícia médica, apontando os episódios depressivos (F32) como os mais prevalentes, totalizando 71,4% dos afastamentos por transtornos mentais⁴⁰.

Entre os professores que estão sob maior risco de apresentar transtorno mental e, conseqüentemente, recidivar estão aqueles que presenciam episódios de agressão na escola por parte de alunos, pais, professores ou funcionários²⁰. De acordo com a teoria da impotência aprendida, o indivíduo passa a ter risco de depressão quando nota que não tem controle sobre o ambiente e, então, deixa de tentar lidar com as situações adversas. Essa realidade ocorre constantemente no ambiente da escola pública de ensino básico, o qual é permeado por mazelas que fogem do controle do professor, gerando cansaço e frustração²⁸. Sobre as recidivas, Batista et al.⁵

reportaram casos de professores com seguidas licenças de 30 dias, algumas totalizando cerca de 1 ano e 6 meses de absenteísmo, o que corrobora a presente pesquisa, a qual também demonstra alto índice de afastamentos em um único docente (em torno de 4,04 recidivas) e média de 271,92 dias de absenteísmo.

Apesar do grande acervo de informações coletadas e aqui expostas, esse estudo apresenta algumas limitações. É necessário o aprofundamento literário em relação aos sintomas depressivos relatados por esses profissionais, além da correlação entre depressão e outras doenças, tendo em vista que muitos docentes apresentam mais de uma patologia inerente ao trabalho exaustivo. Esses dados não estavam disponíveis nos dados da SEPLAG, tornando-se uma limitação.

Além disso, seria pertinente analisar a opinião dos professores sobre os motivos que favorecem o absenteísmo, bem como o grau de comprometimento imposto pelo trabalho em sala de aula, tanto em relação ao bem-estar físico como ao mental, visto que existem poucos estudos com essa abordagem. Sugerem-se, assim, grupos focais que possam responder a tais objetivos.

Outra limitação importante é a falta de pesquisas sobre a análise das condições não relacionadas ao trabalho, a exemplo dos problemas familiares, que interferem no desempenho laboral. Por fim, a baixa prevalência de indivíduos do sexo masculino na educação limita a análise do perfil dos docentes que se afastam, tendo em vista que subestima a presença do transtorno em homens.

Dessa forma, espera-se incentivar novas investigações acerca do tema, a fim de preencher algumas lacunas e reduzir a prevalência do absenteísmo.

Para isso, é necessário que as autoridades tomem conhecimento da precarização do trabalho docente e promovam melhorias, de forma a amenizar questões como a sobrecarga, a falta de estrutura nas escolas, a baixa remuneração e a crescente violência. Dessa maneira, conhecendo-se o perfil de adoecimento dos docentes, torna-se possível a elaboração de políticas públicas voltadas à preservação da saúde mental do magistério, a exemplo de programas de atendimento psicológico, da criação de propostas de incentivo, qualificação profissional, revisão de carga horária, melhoria salarial e diminuição da sobrecarga, proporcionando melhor qualidade de vida e laboral.

AMANDA OLIVEIRA BARROS
BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
DÉBORAH PIMENTEL

CONCLUSÃO

Com base nos objetivos, observou-se que o perfil dos docentes que se afastaram por depressão correspondeu a indivíduos do sexo feminino, com ensino superior completo, casados e de meia-idade. Em relação às características do absenteísmo, a carga horária cumprida por esses professores é alta; o tempo médio de serviço até ocorrer o afastamento foi de 18,5 anos; o código CID-10 mais prevalente foi o F32.1; e o tempo médio de licença correspondeu a 194,5 dias. Quando comparada aos demais transtornos mentais, a depressão foi a principal causa de afastamento. Além disso, mais da metade dos profissionais apresentou reincidência, com média de 4,04 por docente. Espera-se, assim, haver uma reflexão acerca da necessidade da promoção da saúde e do bem-estar dos docentes no ambiente escolar.

Agradecimentos

Agradecemos à SEPLAG pela colaboração, ao ceder os dados para a realização deste artigo, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de iniciação científica.

Artigo submetido em 21/03/2019, aceito em 31/07/2019. Os autores informam não haver conflitos de interesse associados à publicação deste artigo.

Fontes de financiamento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Correspondência: Amanda Oliveira Barros, Rua Francisco Rabelo Leite Neto, 990, casa 52, Atalaia, CEP 49037-240, Aracaju, SE. E-mail: amanda.o.barros@hotmail.com

Referências

1. Cybulski CA, Mansani FP. Análise da depressão, dos fatores de risco para sintomas depressivos e do uso de antidepressivos entre acadêmicos do curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. *Rev Bras Educ Med.* 2017;41:92-101.
2. Menezes IC, Juruena MF. Diagnóstico de depressões unipolares e bipolares e seus especificadores. *Medicina Ribeirão Preto Online [revista na Internet]* 2017 Fev 4 [citado 2018 dez 10]. www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/127540/124634
3. Scandolaro TB, Wietzikoski EC, Gerbasi ARV, Sato SW. Avaliação dos níveis de estresse e depressão em professores da rede pública do município de Francisco Beltrão - PR. *Arq Cienc Saude UNIPAR.* 2015;19:31-8.
4. Brasil, Ministério da Previdência Social. Previdência social: acompanhamento mensal dos benefícios auxílios-doença previdenciários, concedidos segundo os códigos da CID-10 [Internet]. [citado 2018 ago 16]. <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas/tabelas-cid-10/>
5. Batista JBV, Carlotto MS, Moreira AM. Depressão como causa de afastamento do trabalho: um estudo com professores do ensino fundamental. *Psico.* 2013;44:257-62.
6. Segat E, Diefenthaler HS. Uso de medicamentos antidepressivos por professores de escolas de diferentes redes de ensino em um município do norte do Rio Grande do Sul. *Perspectiva.* 2013;37:45-54.
7. World Health Organization (WHO). Depression and other common mental disorders: global health estimates [Internet]. Geneve: WHO; 2017. [cited 2018 Nov 21]. <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/254610/1/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf?ua=1>
8. Associação Americana de Psiquiatria. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5). Porto Alegre: Artmed; 2014.
9. Pereira MC, Pereira F, Sanchez I. A influência do quadro depressivo na interação social do indivíduo com diagnóstico de depressão—um estudo de caso no SPA/Sulacap/RJ. *Rev Dissertar.* 2018;1:35-43.
10. World Health Organization (WHO). International classification of diseases (ICD-10) [Internet]. Geneva: WHO; 2008. [cited 2018 Nov 21]. <https://www.who.int/classifications/icd/icdonlineversions/en/>
11. World Health Organization (WHO). International classification of diseases (ICD) [Internet]. 2018. [cited 2018 Sep 10]. www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga

- nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875
12. Bastos ML, Junior GB, Domingos ETC, Araújo RMO, Santos AL. Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil. *Rev Bras Med Trabalho*. 2018;16:53-9.
 13. Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Com depressão no topo da lista de causas de problemas de saúde, OMS lança a campanha “Vamos conversar” [Internet]. 2017. [citado 2018 set 15]. www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-causas-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanha-vamos-conversar&Itemid=839
 14. Miranda MB. Saúde emocional de professores das escolas estaduais de Juiz de Fora-MG: Depressão e burnout [dissertation]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2017.
 15. Moreira ASG, Santino TA, Tomaz AF. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental de uma escola da rede pública. *Cienc Trab*. 2017;19:20-5.
 16. Silveira RCP, Ribeiro IKS, Teixeira LN, Teixeira GS, Melo JMA, Dia SF. Bem-estar e saúde de docentes em instituição pública de ensino. *Rev Enferm UFPE Online*. 2017;11:1481-8.
 17. Agai-Demjaha T, Bislumovska JK, Mijakoski D. Level of work related stress among teachers in elementary schools. *Open Access Maced J Med Sci*. 2015;3:484-8.
 18. Nascimento IP, Rodrigues SEC. Representações sociais sobre a permanência na docência: o que dizem docentes do ensino fundamental? *Educ Pesqui*. 2018;44:166148.
 19. Brasil CCP, Batista MH, da Silva Melo AK, Ibiapua FLP, Brilhante AVM, da Silva RM. O contexto da docência e sua influência no sofrimento psíquico de professoras do ensino fundamental. *Rev Bras Prom Saude*. 2016;29:180-8.
 20. Gontijo EEL, da Silva MG, Inocente NJ. Depressão na docência: revisão de literatura. *Vita et Sanitas*. 2013;7:87-98.
 21. Silva LG, Silva MC. Condições de trabalho e saúde de professores pré-escolares da rede pública de ensino de Pelotas, RS, Brasil. *Cienc Saude Colet*. 2013;18:3137-46.
 22. Organização Internacional do Trabalho (OIT). A condição dos professores: recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: UNESCO/OIT; 1984.
 23. Cortizo TL. O nome atual do mal-estar docente. *Estilos Clin*. 2017;22:185-91.
 24. Rausch RB, Dubiella E. Fatores que promoveram mal ou bem-estar ao longo da profissão docente na opinião de professores em fase final de carreira. *Rev Diálogo Educ*. 2013;13:1041-61.
 25. Diehl L, Carlotto MS. Conhecimento de professores sobre a síndrome de burnout: processo, fatores de risco e consequências. *Psicol Estud*. 2014;19:741-52.
 26. Aranha FC, Caputo V, Tsuji S, Carvalho S, Martins LAN. O desequilíbrio esforço-recompensa e o comprometimento excessivo com o trabalho em docentes de medicina e enfermagem de uma instituição pública [Internet]. 2015 Jun [citado 2018 dez 10]. dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5560279.pdf
 27. Shen X, Yang YL, Wang Y, Liu L, Wang S, Wang L. The association between occupational stress and depressive symptoms and the mediating role of psychological capital among Chinese university teachers: a cross-sectional study. *BMC Psychiatry*. 2014;14:329.
 28. Schonfeld IS, Bianchi R. Burnout and depression: two entities or one? *J Clin Psychol*. 2016;72:22-37.
 29. Cezar-Vaz MR, Bonow CA, de Almeida MC, Rocha LP, Borges AM. Mental health of elementary schoolteachers in Southern Brazil: working conditions and health consequences. *ScientificWorldJournal*. 2015;2015:825925. doi: 10.1155/2015/825925. Epub 2015 Aug 23.
 30. Garrido G, Mendonça AV, de Oliveira Lopes KM, Silveira MA. Presenteísmo: causas e consequências de um mal subterrâneo. *Rev Cienc Administr*. 2017;19:54-67.

ARTIGO ORIGINAL

AMANDA OLIVEIRA BARROS
BEATRIZ RAYANE OLIVEIRA SANTANA
ALINA LÚCIA OLIVEIRA BARROS
ROBERTA MACHADO PIMENTEL REBELLO DE MATTOS
IKARO DANIEL DE CARVALHO BARRETO
DÉBORAH PIMENTEL

ARTIGO

31. Brasil. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
32. Batista JBV, Carlotto MS, de Oliveira MN, Zaccara AAL, de Oliveira Barros E, Duarte MCS. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. Rev Pesq Cuidado Fundamental Online. 2016;8:4538-48.
33. Emsley R, Emsley L, Seedat S. Occupational disability on psychiatric grounds in South African school-teachers. Afr J Psychiatry (Johannesbg). 2009;12:223-6.
34. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Relatório de monitoramento global de educação para todos 2010 [Internet]. 2010. [citado 2018 nov 15]. confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/relatorio_global_aprendizagem_educacao_adultos.pdf.
35. Vedovato TG, Monteiro MI. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. Rev Esc Enferm. 2008;42:290-7.
36. Batista JBV, Carlotto MS, Coutinho AS, Nobre Neto FD, Augusto LGS. Saúde do professor do ensino fundamental: uma análise de gênero. Cad Saude Colet. 2009;17:657-74.
37. Gatti BA, Barretto ES, André ME. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. In Políticas docentes no Brasil: um estado da arte 2011. Brasília: UNESCO; 2011.
38. Andrade PS, Cardoso TAO. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a síndrome de burnout. Saude Soc. 2012;21:129-40.
39. do Vale SF, Maciel RH, do Nascimento APT, Vasconcelos JWO, Pimentel FHP. Análise de diagnósticos associados às licenças médicas de servidores públicos do Ceará. Rev Psicol. 2015;6:68-81.
40. Maciel RH, Nogueira CV, Maciel EC, Aquino R. Afastamentos por transtornos mentais entre professores da rede pública do Estado do Ceará. Rev Publico Privado. 2012;19:167-78.

PROPSIQ

é o programa de atualização desenvolvido pelo Secad em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e profissionais consagrados. É dirigido a você, psiquiatra, médico-residente, mestrando, doutorando ou profissional da área.



VOCÊ EM **CONSTANTE ATUALIZAÇÃO**
COM OS ESTUDOS EM PSIQUIATRIA.

São ciclos de atualização de 12 meses e ao final
você recebe o certificado de atualização profissional!



Faça já sua inscrição
www.secad.com.br

